Para Leonardo Maia, procurador do Ministério Público, é preciso dar maior amplitude aos dispositivos constitucionais, os quais vão limitar as áreas de proteção. A área de restrição é territorial e temporal, uma vez que deverá ser protegida para as próximas gerações , completou.

Daniel Rezende, representante da procuradoria Igam, ressaltou que não há dúvidas a respeito da previsão normativa no âmbito do Estado de Minas Gerais para o estabelecimento de áreas de restrição de uso para a proteção de ecossistemas, bem como sobre as